

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

TÍTULO: JORNALISMO NO BRASIL: CÃES VIRA-LATAS

FAREJANDO OS RASTROS DA DEMOCRACIA

Dennis de Oliveira(USP) – dennisol@usp.br

RESUMO

O jornalismo no Brasil está em envolvimento em dilemas. O primeiro, de natureza estrutural, por ser uma atividade originária dos arranjos institucionais da democracia liberal que está em crise. Porém, agregado a isto, no caso singular do Brasil, o dilema se direciona para outra perspectiva: a tal democracia que está em crise nunca se consolidou, o que a torna ainda um elemento a ser buscado. Para tanto, o jornalismo brasileiro não é apenas um cão de guarda em defesa do cidadão e fiscal das instituições do poder, mas como um cachorro vira-lata que deve buscar os rastros da democracia escondida.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo e Democracia – Jornalismo e Tecnologias da Informação e Comunicação – Jornalismo Brasileiro

1. JORNALISMO, DEMOCRACIA E ESFERA PÚBLICA

O jornalismo é filho direto dos arranjos institucionais da democracia liberal. Sua história se confunde com as transformações institucionais protagonizadas pela burguesia ascendente no século XVIII e se confunde com o próprio espírito do capitalismo nas suas fases iniciais. Não é à toa que a prática do jornalismo está no mesmo diapasão que ideias como liberdade, cidadania, interesse público, democracia. E também não é a toa que todas as tentativas de instauração de sistemas autoritários sempre tem no controle do jornalismo uma das suas principais medidas.

Ciro Marcondes Filho (2001) fala que a aventura do jornalismo se confunde com a “aventura da modernidade”, o espírito empreendedor burguês se relaciona diretamente com a busca pela veracidade da informação. A ideia de aventura também está implícita na definição do jornalista Clovis Rossi que considera que o jornalismo é uma apaixonante batalha para conquistar corações e mentes



(ROSSI, 1980). Ou ainda no fato de alguns super-heróis, coincidentemente, também serem jornalistas – Super Homem (o repórter Clark Kent), Homem Aranha (o fotojornalista Peter Packer) e Tintim.¹

Jurgen Habermas(2003), nos seus escritos sobre a formação da esfera pública burguesa, dá destaque ao papel do jornalismo. A esfera pública é justamente esta dimensão social em que se articula e realiza o contrato social, base da normatividade da sociedade moderna. Nos seus primórdios, a esfera pública era formada por um circuito restrito de clubes e cafés onde setores da elite se encontravam e conversavam, gerando esta ambiência de debate público. Na obra de Julio Verne, *A volta ao mundo em oitenta dias*, a trama, que se passa nos anos 1870, se inicia em um ambiente típico deste circuito: um cavalheiro inglês chamado Philleas Fogg tem uma rotina rigidamente metódica – toma café da manhã, se barbeia e vai até a um clube de aristocratas, o *Reform Club*, onde joga cartas, lê os jornais do dia e os comenta com os outros membros até a hora do almoço. E em um destes dias, quando se comenta o roubo de um banco, o sr. Fogg opina que os ladrões poderiam estar em qualquer lugar do mundo pois era possível com a tecnologia da época dar a volta ao mundo em 80 dias. E diante da oposição dos demais, aposta que poderia fazer isto e daí começa a trama.

Habermas destaca esta perspectiva de participação no debate, a ruptura com uma ideia de ser humano submissa a uma ordem mítica como o elemento central da formação da esfera pública burguesa. Com isto, o pensador alemão articula esfera pública a *esclarecimento*, conectando a constituição desta ambiência de realização do contrato social nos termos definidos por Rosseau a emergência da racionalidade. (idem, 2003)

De fato, se observamos os principais escritos de Jean Jacques Rosseau, há uma ênfase e considerar que a razão deve ser o elemento norteador do debate público e o que possibilitaria uma transcendência dos interesses particulares para o interesse público. Por isto, quando se pensa em esfera pública no seu sentido clássico, automaticamente se pensa nesta dimensão racional-esclarecedora.

Porém, alguns problemas se apresentam nesta formulação inicial.

¹ A este respeito, ver a obra de VIEIRA, G. *O complexo de Clark Kent: são super-heróis os jornalistas?* S. Paulo: Summus, 1991



A primeira delas é quanto as relações existentes entre as dinâmicas da esfera comercial-privada, natural do modo de produção do capitalismo, e a esfera pública-política. Habermas vai falar, posteriormente, que a esfera pública é colonizada pelo jornalismo que, por sua vez, é capturado pela lógica comercial da indústria cultural. De fato, o jornalismo passa da sua primeira fase, de ser um libelo em defesa da democracia e dos valores dos direitos civis para se transformar em uma atividade comercial. E justamente por isto que Habermas vai falar de uma “mudança estrutural da esfera pública”, o gerenciamento do debate público pelas corporações comerciais que controlam a atividade jornalística. Este trânsito entre o privado/comercial e público/político vai estar presente em boa parte das discussões sobre o papel do jornalismo. (Habermas, 2001)

Isto porque, como atividade comercial, o jornalismo necessita criar estruturas de sustentação. E no capitalismo, isto passa pela sua inserção na lógica de mercado. E para tanto, incorporar nas suas logicas produtivas as mesmas do capitalismo industrial. É justamente esta transição de uma atividade manufatureira para uma atividade industrial que vai operar a grande transformação do jornalismo.

Quando se pensa na visão romântica e idílica do jornalista – próximo ao arquétipo do super-herói e presente em vários filmes que tem jornalistas como protagonistas – o arquétipo do artesão está implícito. Em geral, os jornalistas-super-heróis são pessoas solitárias, fazem tudo sozinhos, desprezam os artefatos tecnológicos e confiam fortemente na sua intuição e talento. As imagens das suas mesas ou da sua moradia que remetem a algo extremamente desorganizado sinaliza para um contraponto a uma organicidade racional burocrática do modo de produção do capitalismo industrial. Até mesmo o descompromisso com eventuais ganhos financeiros e a preocupação maior que o resultado do seu trabalho tenha a sua marca – como se fosse uma “aura” da obra de arte *antes* da era da sua reprodutibilidade técnica.

De fato, o capitalismo industrial em todas as atividades impôs uma nova forma de organização racional-burocrática possibilitando um aumento da





produtividade e, com isto, uma maior e mais rápida reprodução do capital. A medida que o capital vai sendo invertido também nas atividades jornalísticas, a tendência foi que o jornalismo passasse a ser organizado também nesta lógica industrial.

Para Habermas, este processo implicou em uma mudança estrutural na esfera pública. Para outros autores, como Walter Lippmann, o jornalista não tem consciência do seu papel de ser um especialista que pode organizar os atalhos cognitivos necessários para o sujeito moderno compreender a complexidade dos fenômenos sem sofrer crises de ansiedade. (Lippmann, 1998)

Entretanto, as relações entre a esfera pública-política e esfera privada-comercial não são tão estanques assim.

Se retornarmos ao tempo e ver a experiência do Ágora da antiga Atenas, tida como muitos como uma das primeiras experiências de democracia e de esfera pública, pois neste local os cidadãos exerciam sua voz, se encontravam e debatiam assuntos de interesse público – daí nasce a ideia de *polis* e *politica*, isto é, agir na polis, na esfera pública – este espaço era também o *mercado*. Era o local que nas urbes da Grécia antiga, se localizavam os banhos públicos e os locais onde eram comercializados objetos. O encontro de cidadãos era motivado pelo espaço onde havia uma *comercialização*.

O mesmo ocorre na formação das esferas públicas burguesas e o próprio surgimento das primeiras folhas impressas. John Thompson (1995) fala que as reuniões nos burgos eram motivadas pela chegada de mercadores, reunindo pessoas que se encontravam por um motivo *comercial* e, assim, poderiam conversar e discutir. E as primeiras folhas impressas eram distribuídas com o objetivo também de anunciar a chegada de mercadores.

O que queremos mostrar é que a coletividade que se forma é justamente motivada pelo comércio, não havendo assim, a princípio, uma perspectiva antitética entre o público-político e o privado-comercial. O que motiva o encontro é o privado-comercial. Pelo menos nesta experiência do capitalismo.

No Brasil, país que por conta do formato da colonização, só conheceu a imprensa no século XIX, a experiência foi semelhante. Somente com a



transferência da capital da metrópole para o Rio de Janeiro que possibilitou uma intensificação da vida urbana, do comércio e outras atividades de serviço que o jornalismo nasceu. Primeiramente, nasce já de forma censurada, com a criação em julho de 1808, do *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa, jornal que defendia a independência do Brasil e, por conta disto, era produzido em Londres e chegava clandestinamente ao Brasil. O *Correio* foi financiado por ingleses desejosos da independência do Brasil por motivos econômicos e sua chegada ao Brasil era possibilitada também pela abertura dos portos (e do comércio) da então colônia aos mercadores ingleses.

No mesmo ano, em setembro, é fundada a *Gazeta do Rio de Janeiro*, pela Coroa Portuguesa aqui instalada que se constitui em um verdadeiro jornal chaparanga. Entretanto, nota-se que a iniciativa de se publicar um periódico se deve a mudança das relações políticas no país com a chegada da Corte e a necessidade de se estabelecer uma ambiência de relações políticas e comerciais, tanto é que mais tarde é fundado o Banco do Brasil.

Estes exemplos históricos servem para demonstrar que a dinamização das relações comerciais é condição necessária para a constituição desta ambiência da esfera pública. E aqui entramos na discussão de um outro elemento, o *cidadão*.

Marx fala no texto *A questão judaica* que o ser humano para se transformar em cidadão necessita despir-se das suas condições particulares (como, por exemplo, a sua condição de classe) para dissolver-se na universalidade da cidadania (Marx, 2015). O *cidadão* é uma tipologia de sujeito que se coloca dentro de um grau “zero” de pertencimento social, se conformando única e exclusivamente dentro da ambiência do contrato social. Como este arranjo institucional é construído dentro dos projetos de Estado-Nação, o cidadão tem um único pertencimento, o nacional. Por isto, sua ação como cidadão é participar dentro de uma esfera pública *nacional*, submeter-se às regras estabelecidas dentro deste espaço-Nação e ser reconhecido como membro dele.

E é justamente por esta razão que o arranjo institucional da democracia liberal é extremamente complexo e, em determinada medida, inconcluso na América



Latina – porque, justamente, somente no século XIX, as nações deste continente se tornaram independentes politicamente, embora permanecessem ainda subordinadas dentro do circuito global do capitalismo.

Mais: conforme afirmamos anteriormente, os espaços de encontro social que geram a ambiência da esfera pública ocorrem, no capitalismo, a partir da dinâmica comercial. Sociedades estratificadas, que já nascem dentro de uma subordinação internacional e com mercados consumidores internos extremamente restritos tendem a ter esferas públicas incipientes, conceitos de cidadania restritos e democracias frequentemente interrompidas.

No caso específico do Brasil, país que viveu mais de 2/3 da sua história sob o regime de trabalho escravo, a transição do escravismo para o capitalismo dependente que ocorreu entre 1850 e 1888 possibilitou a implantação de uma modernização conservadora a medida que os protagonistas da sociedade escravista eram os mesmos que lideraram as transformações capitalistas. Por isto, constituiu-se no Brasil, um Estado que direciona as suas ações para a concentração da renda e patrimônio, manutenção de uma concepção restrita de cidadania e que tem na violência sistêmica a sua prática central.

Por isto que, no Brasil, a fase da ilustração do jornalismo foi rapidamente transfigurada para a etapa industrial, mas com o controle de certas “oligarquias” que instrumentalizavam a atividade do jornalismo como forma de negociação junto aos poderes constituídos. O que se chama de esfera pública (ou mesmo sociedade civil) no Brasil é algo quase que fictício, tendo em vista a captura da atividade jornalística por um circuito de controladores dos bens econômicos que pressionam o Estado para os seus interesses. Assim, os procedimentos de produção industrial que deslocam o jornalismo de uma perspectiva do esclarecimento para um negócio comercial, por aqui serviu para potencializar os poderes oligárquicos de determinados grupos. Grande parte das empresas jornalísticas são deficitárias, não se constituem dentro dos parâmetros de uma indústria cultural e são iniciativas de pessoas ou grupos que buscam benesses do poder.





É por isto que o professor José Marques de Melo afirma que os editoriais (colunas nas quais o órgão de imprensa expressa sua opinião institucional) se dirige muito mais ao Estado que à sociedade. Segundo o professor, isto ocorre por conta das debilidades da sociedade civil brasileira (Melo, 1985). Não se busca persuadir ou construir hegemonias no âmbito da sociedade civil, mas sim pressionar determinados setores para os negócios particulares. No fim, as notícias são apenas pretextos escritos nos versos dos recados indiretos enviados de poderosos a outros poderosos.

De qualquer forma, fica esta questão originária que mostra o caráter ambivalente do jornalismo – uma atividade que nasce de um arranjo institucional motivado pelo dinamismo comercial, mas que se apresenta com o objetivo de fomentar o debate público e que, com o desenrolar do capitalismo, passa a ser produzido dentro das lógicas produtivas industriais.

2. OS DILEMAS DO JORNALISMO NA CRISE DA DEMOCRACIA

O papel do jornalismo em uma sociedade democrática é justamente o de fomentar o debate público por meio do esclarecimento. A chamada racionalidade iluminista que se busca como ponto de sustentação do exercício da cidadania, da constituição dos contratos sociais e da esfera pública política: é esta razão do esclarecimento.

Adorno e Horkheimer (1985) afirmaram que esta razão do esclarecimento foi transfigurada para a razão instrumental, isto é, uma racionalidade subsumida totalmente aos processos de reprodução do capital. E isto foi obtido em boa parte graças a mercantilização e industrialização da produção das informações jornalísticas. Daí que interesse público se transformou em “interesse do público” (= audiência). E, como todo ramo econômico no capitalismo, o jornalismo caminhou para a sua monopolização instrumentalizando ainda mais a racionalidade da produção das informações que se expressam em técnicas, manuais de redação, rigidez procedimental, entre outros. Tudo isto objeto de análise, teorias e críticas por parte de estudiosos das ciências sociais e da comunicação, bem como denunciado por movimentos sociais e políticos.





Entretanto, nestas primeiras décadas do terceiro milênio, novos problemas se apresentam para o jornalismo. A razão instrumental vai cedendo campo para o universo das crenças e opiniões. Não se trata mais de uma instrumentalização do conhecimento para a reprodução do capital, mas a disseminação de crenças e opiniões que geram um ambiente de tudo vale e, principalmente, de que os “fins justificam os meios”. A rigidez dos procedimentos metodológicos do jornalismo se fetichiza a ponto de que uma boa matéria jornalística é aquela que apresenta duas opiniões ou duas crenças, debates viram trocas de ofensas e xingamentos e espaço público, praça de guerra - a ponto de um presidente eleito no Brasil em 2018 considerar que sua vitória permite que simplesmente ele faça o que quer, até mesmo ameaçar os opositores.

Fala-se muito que a crise do jornalismo se deve aos novos suportes tecnológicos da informação. Não é verdade. As tecnologias de informação e comunicação apenas potencializam uma sociabilidade que foi construída por estas novas lógicas do capitalismo. O trabalhador não é mais aquele pertencente a uma categoria profissional que trabalha coletivamente em uma ou mais empresas, gerando um sentimento de pertencimento a um grupo. Trabalhador é aquele que tem que enfrentar sozinho todas as dificuldades e que outros trabalhadores são seus adversários diretos, como um motorista de aplicativo Uber. Em uma empresa, os trabalhadores coletivamente podem pressionar seus empregadores por melhores condições de trabalho e salários. No aplicativo, o trabalhador depende de conseguir mais clientes (e, para isto, concorre com outros trabalhadores na mesma situação).

Esta sociabilidade do individualismo e competição acirrada se sustenta pelo discurso assertivo, da afirmação e não da abertura para mediação e negociação, características típicas do diálogo. E, assim, o que importa é fazer valer os seus pontos de vista, suas crenças, suas opiniões. Considerar a possibilidade de abrir mão de posicionamentos, estar aberto a outras perspectivas soa como derrota.

Que esclarecimento pode advir disto? Nenhum.

O acúmulo de conhecimento científico e tecnológico serviu para construir todo este aparato de conforto que permitiu o ser humano viver muito mais, aumentar





a população humana em todo mundo, possibilitar a comunicação instantânea sem fronteiras, ir até o espaço... Mas depois de ser instrumentalizado para a reprodução do capital, a razão se apaga quando se fala das lógicas das sociabilidades humanas e o século XXI parecer ser um apagar das luzes.

Assim, nesta sociedade da inflação das informações em que a principal *commoditie* das plataformas de rede são as crenças e opiniões, fazer jornalismo é garantir que as luzes não se apaguem e, portanto, a democracia sobreviva ainda que aos soluços.

E isto tem um papel importantíssimo em um país como o Brasil marcado por fragilidades na sua institucionalidade democrática por ser uma nação latino-americana e, assim, atravessado pelo que o pensador Annibal Quijano (2005) chama de “colonialidade do poder”. A racionalidade do Iluminismo foi instrumentalizada pela reprodução das lógicas societárias da sociedade colonial, como o racismo e o machismo.

Durante o final do século XIX e início do século XX, a *intelligentsia* brasileira foi contaminada pelas teorias pseudocientíficas do racismo, como a eugenia e a antropologia criminal. Esta elite intelectual pregava, por exemplo, que o branqueamento da população brasileira era condição necessária para o desenvolvimento do país. As ideias higienistas que pautaram as políticas de saúde e educação no início do século XX bem como as reformas urbanas das grandes cidades vão no mesmo diapasão. (Schwarcz, 1993; Santos, 2002)

Quijano afirma que este padrão de poder está diretamente relacionado ao lugar subalterno ocupado na cena global capitalista dos países do continente latino-americano. Por isto, a democracia, mesmo sendo um projeto liberal, burguês, capitalista, sempre é limitada, controlada e frequentemente interrompida por golpes de Estado ou mudanças abruptas nas regras, já que a concentração de renda que é a tônica destas sociedades faz com que frequentemente a classe trabalhadora se aproprie dos instrumentos da democracia para contestar as injustiças sociais. Liberdade e igualdade andam juntas sempre. E quem é contra a igualdade sempre atua no impedimento da plena liberdade.





JORNALISMO | ESPM

Assim, o jornalismo na sua acepção original do termo sempre se deparará com estas agendas e dilemas. É uma batalha pela liberdade (de expressão, do livre fluxo de ideias, da cidadania) mas esta liberdade só existe com a igualdade. A desigualdade e a injustiça social serão pautas constantes na agenda do jornalismo brasileiro pois são os entraves para a plena democracia. E aí começam as batalhas do profissional do jornalismo, tendo em vista que as empresas de comunicação nem sempre estão dispostas a assumirem estas agendas – não por uma maldade ou problema de ordem ética (embora isto possa acontecer também) – mas por uma questão de classe social: os seus proprietários pertencem a uma classe dirigente que se beneficia direta ou indiretamente destas desigualdades sociais.

Porém, fazer jornalismo é construir uma narrativa que possibilite justamente esta compreensão racional da cotidianidade. E aí não há como, por exemplo, deixar de levar em conta que embora mais da metade da população seja composta por mulheres, as estruturas de poder sejam ocupadas majoritariamente por homens em todos os espaços – inclusive, no próprio jornalismo em que a maior parte da categoria é feminina, mas ainda o comando das redações é majoritariamente masculino.

Também basta abrir os olhos e ver que a maioria das crianças que pedem esmolas nos faróis, mulheres que trabalham como faxineiras, homens que desempenham trabalhos braçais são negros e que esta paisagem se normatizou de tal forma nas mentes que em um país em que 54% da população se declara negra, causa surpresa ao entrar em um consultório e ser atendido por um médico negro ou, mais ainda, por uma médica negra. Como se eles estivessem fora dos seus lugares... E o mesmo se vê nas redações dos principais veículos, majoritariamente branca.

A democracia brasileira é incipiente não por uma deformação da população que não teria a “consciência política avançada dos europeus” mas por conta do padrão colonial do poder estabelecido pelo ordenamento global do capitalismo e pela história do país marcada pelo escravismo e pelas lógicas patriarcais da sociedade colonial. Daí então que se estabeleceu uma esfera pública restrita,



JORNALISMO

ESPM



uma racionalidade instrumentalizada não só para garantir a reprodução do capital mas também para esta restrição do estatuto da cidadania e, daí então, uma democracia incipiente.

3. UM JORNALISMO COMO AMPLIADOR DAS VOZES SOCIAIS

Por isto, o papel do jornalismo no Brasil é de grande monta: *romper com estas barreiras para solidificar a democracia plena*. E para cumprir este papel, basta simplesmente fazer jornalismo de qualidade!

E isto passa primeiro pela *desglamourização* do jornalismo. Como diz o poeta Ferreira Gullar:

A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não tem voz. (Ferreira Gullar: “Corpo a corpo com a linguagem”)

Isto passa pela ampliação das perspectivas em que se tratam os assuntos objetos de pauta, observando que todos os eventos envolvem atores os mais diversos possíveis e não só os do universo das celebridades.

O futebol não é só o gramado com os jogadores de futebol profissional famosos da série principal do campeonato desfilando suas narrativas pré-montadas cumprindo fielmente seu papel de escravos dos esquemas poderosos de marketing, mas os torcedores que enfrentam filas em nome de uma paixão pouco explicável e aqueles meninos que se submetem a condições péssimas nas escolinhas de futebol sonhando um dia chegar lá...

Economia não se resume a gráficos e indicadores do mercado financeiro em narrativas que interessam apenas a um determinado segmento de operadores do capital rentista. Mas também ao impacto de políticas macroeconômicas nas ofertas de crédito à população, impacto nas empresas, em especial as pequenas e médias que empregam tanta gente, aos pequenos agricultores.

Todas estas pessoas têm o que falar, querem falar e, mais que isto, *tem o direito de falar*. Fazer jornalismo é pensar nesta realidade de múltiplas vozes





diferentes, conflitantes, em lugares diversos e hierarquizadas nas estruturas de poder. Silenciá-las é manter um padrão colonial de poder, é manter a esfera pública restrita, a democracia incipiente. E deixar os ocupantes do poder *confortáveis* pois estes podem se preocupar apenas com este universo restrito de pessoas que ocupam a esfera pública. Como disse certa vez Millor Fernandes, “jornalismo é oposição, o resto é secos e molhados”. No caso aqui, ser oposição é tirar o poder da sua zona de conforto.

Mas muito mais que isto e retomando o poeta Ferreira Gullar, negar esta realidade complexa é uma traição à vida pois ela se desenrola “também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas”. E o jornalismo não pode ser uma traição a vida.

Por isto, o grande desafio no ensino de jornalismo nesta segunda década do terceiro milênio é justamente quebrar a glamourização da atividade e refletir sobre o papel que a atividade tem na consolidação de uma democracia ainda incipiente, que não chegou na periferia, independente do suporte ou plataforma tecnológica. O jornalismo, neste parâmetro, é mais que necessário como um cão vira lata que fareja os rastros para se construir efetivamente uma esfera pública.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor, HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985

HABERMAS, Jürgen. **A mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003

LIPPMANN, Walter. **A opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 1998

MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. S. Paulo: Hacker, 2001

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. S. Paulo: Boitempo, 2015

MELO, José Marques. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985

QUIJANO, Annibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Biblioteca CLACSO, 2005 (disponível em





http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf Acesso em 01/02/2020)

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. S. Paulo: Brasiliense, 1980

SANTOS, Gislene dos. **A invenção do ser negro no Brasil**. Pallas/FAPESP, 2002

SCHWARCZ, L. **O espetáculo das raças**. S. Paulo: Cia. das Letras, 1993

THOMPSON, John B. **Mídia e modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1995

VIEIRA, Geraldinho. **O complexo de Clark Kent: são super-heróis os jornalistas?** S. Paulo: Summus, 1991